

Castelgandolfo, 5 de abril de 2001

9:00 Chiara na Escola para agentes da Economia de Comunhão:

Quatro aspectos essenciais da Economia de Comunhão

Passemos para o terceiro aspecto: "homens novos".

No decorrer da década de 90, enfim, notamos a necessidade de formar "homens novos" para desenvolver a Economia de Comunhão.

Mas quem são esses "homens novos"?

São os leigos. São aqueles leigos que, hoje, estão vivendo um momento privilegiado.

Creio que conhecemos aquelas sábias palavras do Antigo Testamento que dizem: «Debaixo do céu há momento para tudo e um tempo certo para cada coisa. Tempo para nascer e tempo para morrer. (...) Tempo para calar e tempo para falar. (...). Tudo o que Ele fez é apropriado para cada tempo» (Ecl 3,1-11).

Pois bem, que tempo é este em que nós vivemos?, devemos nos perguntar. Que época é esta para a Igreja?

João Paulo II nos responde assim: «Na Igreja, hoje, é a hora dos leigos»¹, nossa. Assim sendo, este é o tempo nosso, de vocês, dos leigos.

Ora, dado que é Deus quem conduz a grande história do mundo e do universo e, ao mesmo tempo, a nossa pequena história, de suas criaturas, nós nos perguntamos: "O que Deus espera de nós, leigos, hoje?"

A resposta já foi dada pelo Espírito Santo de duas maneiras: por meio do Concílio Vaticano II e do nascimento dos novos Movimentos na Igreja.

1. Cf João Paulo II, *Ai vescovi polacchi in visita ad limina*, 12 de janeiro de 1993, in "La Traccia" 1 (1993), p. 35;

A mensagem do Concílio é esta: os leigos devem se santificar lá onde se encontram, no mundo. Portanto, como operários, empregados, professores, políticos, economistas, motoristas, donas de casa, etc. E, ali onde estão – diz sempre o Concílio –, devem "cristianizar" (renovar com o Evangelho) os vários âmbitos da vivência humana: com o testemunho do amor recíproco e com a palavra, porque o Espírito Santo concedeu aos leigos dons especiais exatamente para isso.

O mundo não se cristifica, não se clarifica, não se ilumina a não ser por meio dos leigos. Eles são os instrumentos. Não são os bispos, nem os padres. A função deles não é essa. Na Igreja, se faltarem os leigos, falta uma parte importantíssima, a maior, pelo menos como número, como volume. São os leigos que devem fazer isso.

Um caminho... Isso disse o Concílio.

E os Movimentos?

Os vários Movimentos são, ainda, caminhos diferentes uns dos outros, que ajudam os leigos a realizar o que o Concílio requer deles. Os carismas nos ajudam a realizar o que diz o Concílio, isto é, santificar-se, animando as realidades humanas.

Exatamente eles são os mais indicados para isso. E como? Por meio do Evangelho.

Isso é belíssimo! O que são os Movimentos como o nosso? Os Movimentos, desde que começou a era cristã, nasceram na Igreja como um aspecto carismático da Igreja. Por vezes, há na Igreja, em geral, uma certa mediocridade na vida espiritual. Vive-se um pouco, o mínimo por vezes. Então, Deus suscita esses Movimentos, como no tempo de São Bento, de São Francisco, que são animados por um espírito evangélico tal que os tornam capazes de viver o Evangelho de modo integral, radical. O nosso Movimento é um deles; por isso falamos de Evangelho, temos a Palavra de vida, falamos de amor, falamos de doar como resumo da nossa vida.

De fato, os Movimentos têm essa característica: os seus membros são chamados à radicalidade da vida evangélica, a viver o Evangelho com autenticidade, sem comentários, diria São Francisco. É uma grande vocação a nossa que enaltece os leigos e também aqueles que fazem parte do Movimento.

E o Evangelho, graças a eles, pode realmente penetrar nos vários elementos do mundo da economia e do trabalho, da política, do direito, da saúde, da escola, da arte, etc., transformando tudo, assim

como acontece no nosso Movimento. Promovem uma economia nova, por exemplo, que coloca o homem no centro e destina uma boa parte dos lucros aos necessitados; ou uma política nova, em que se exige, como base da vida de cada político, o amor por todos, inclusive pelos membros do partido opositor, de modo que se compreendam e se completem. E, permanecendo fiéis às próprias aspirações e aos próprios compromissos, conseguem trabalhar juntos para salvar os invioláveis valores do homem, do bem comum.

Em 1998, num texto nosso, esclarece-se que os leigos são especiais, com uma vocação que, provavelmente, aparece pela primeira vez no nosso planeta. Os conceitos são estes:

«Quando analisamos a Economia de Comunhão, temos que pensar num dos fatores que a faz ser tão bela, viva, como exemplo ao mundo: ela é suscitada e promovida por leigos.

Lembro que, antigamente, dizia-se que o leigo tem só que aprender.

Igino Giordani, um co-fundador do Movimento, que em breve será aclamado santo – por ser leigo, sentia-se um proletário na Igreja.

Hoje, após o Concílio Vaticano II e graças aos novos Movimentos, como o nosso, que teve sua origem entre os leigos (eu era leiga e as primeiras focolarinas também), vemos o quanto o leigo é protagonista. Por quê? Porque está se descobrindo, com grande gratidão a Deus, com admiração e com uma ponta de surpresa, que sobretudo certos leigos têm algo especial. Eles não se contentam em realizar-se só no trabalho, na carreira ou na simples vida de família. Isso já não lhes basta. Eles não estão satisfeitos, não se sentem autênticos se não se dedicam também e, de modo explícito, à humanidade.

Portanto, a própria decisão de trabalharem na Economia de Comunhão, por exemplo, em vez de ser um peso para eles é uma alegria, por terem encontrado o modo de se realizarem plenamente.

É um fato comovente! Eles poderiam colocar no bolso os lucros obtidos, comprar um casaco de pele para a esposa, novos presentes para os filhos, um carro para o filho... Mas não o fazem, pois vivem por um grande ideal e são coerentes. E não é que se santificam apesar da política, da economia, etc., mas justamente na vida política, na econômica, etc.

Que Deus os abençoe e lhes dê o cêntuplo já aqui nessa vida e, depois, a vida eterna». (aplausos)

E como são, ainda, esses "homens novos"?

São, acima de tudo pessoas de grande fé, porque possuem uma profunda vida interior. É o que se repete ainda em 1998.

«Se, trabalhando na Economia de Comunhão, vivemos o Evangelho, procuramos o seu Reino, porque nos relacionamos com os nossos operários, mas tratando-os de Jesus para Jesus; com os clientes, mas de Jesus para Jesus; com os concorrentes, mas de Jesus para Jesus; se fizermos assim, o Eterno Pai cuidará de nós. E contemplaremos, no mundo da Economia de Comunhão, pequenos ou grandes milagres obtidos pela graça. Empresas que antes tinham três operários e passam a ter mais de duzentos... Indústrias que estavam para fechar e, para alimentar a esperança, decidem adiar essa decisão: «Deixemos para amanhã», e, em seguida, chegam todos os meios necessários para superar a crise.

Há Alguém, enfim, e outra caixa que não é aquela que temos no nosso escritório. É uma caixa que está no Céu e se abre no momento oportuno».

9:10 EDC - Um novo estilo de ação econômica - maio 2011 – Brasil

Genevieve A. M. SANZE

Os desafios do desenvolvimento e da pobreza a partir da perspectiva da comunhão

Quero começar partindo de uma premissa em torno de uma palavra muito utilizada na África e no mundo inteiro: esta palavra é desenvolvimento. Relacionada a esta palavra, desenvolvimento, falarei de outra palavra-chave: pobreza e, especialmente, de comunhão, a partir da qual analisaremos seja o desenvolvimento que a pobreza.

A palavra «desenvolvimento» e a classificação «desenvolvidos» e «subdesenvolvidos», fez sua entrada na cena geopolítica no final da

década de quarenta do século passado. Uma oposição terminológica nova, mas que pareceu natural.

Sob o impulso inicial dos Estados Unidos, iniciou-se a implementação de programas de ajuda ao desenvolvimento, para tentar desenvolver aqueles que eram considerados como «países atrasados em relação ao Ocidente». Esta ajuda inspirava-se em grande parte na teoria segundo a qual cada sociedade segue etapas bem definidas de desenvolvimento ou (etapas) evolutivas, que lhe permite ir de um estado tradicional ou «subdesenvolvido» ao moderno ou «desenvolvido» (como foi dito). Os países pobres – sempre definidos como tal pelos países ricos - não só dispunham de menor riqueza material, mas eram considerados em atraso significativo nesta escala de evolução.

A distinção herdada da oposição entre «civilizados» e «incivilizados», baseava-se no pressuposto que coloca o Ocidente como modelo de referência. Agrupar países da Ásia, África e América Latina, em uma única categoria de «subdesenvolvidos», negando suas profundas diferenças, evidenciava um provável equívoco da realidade e uma certa indiferença com relação aos valores que não eram ocidentais. Por outro lado, essas teorias do subdesenvolvimento legitimaram por muito tempo um certo descaso de responsabilidade dos países do Norte em relação às dificuldades econômicas e sociais dos países pobres, ignorando ou subestimando abertamente os efeitos da colonização, da pilhagem econômica e outras formas de intercâmbio desigual.

Desta forma, a teoria do subdesenvolvimento alcançou um grande sucesso, e os próprios países subdesenvolvidos aderiram a essa visão, solicitando meios para se desenvolver. Naquela época, o otimismo era grande, e pensava-se que 10 anos seriam suficientes para preencher a lacuna. As Nações Unidas, por outro lado, haviam batizado a década de 60 como «a década do desenvolvimento». Hoje, em 2011, não sabemos dizer se - a partir dessa perspectiva - progredimos ou regredimos. A realidade certamente tem obtido um sucesso menor do que o esperado, e é essencial repensar a ideia de desenvolvimento, utilizando categorias mais sofisticadas e antropologicamente mais complexas daquelas de um desenvolvimento e um subdesenvolvimento medidos principalmente no eixo de recursos econômicos.

O desenvolvimento como conhecemos na década de 50, reduzido ao progresso tecnológico e ao acúmulo de riqueza material, precisava do

mito da produção de mercadorias cada vez maior, e da ideologia do consumismo para absorver estes produtos e alimentar o circuito do desenvolvimento econômico.

Naquela definição de desenvolvimento não vinham consideradas nem desigualdades na distribuição da riqueza, nem as condições de vida das populações, e muito menos a destruição do meio ambiente. A partir dos anos 60 os problemas derivados desta ideia de « desenvolvimento » emergiram de forma clara: o aumento da pobreza, do desemprego, destruição ambiental, poluição... e começaram a falar de « não desenvolvimento » seja no Norte que no Sul. Atualmente, muitos estão começando a dizer que ao invés de falar sobre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é preciso reconhecer que nós criamos um modelo capitalista que se desenvolveu mal em todos os lugares, porque não se baseia na reciprocidade e na fraternidade entre os povos, mas fundamenta-se essencialmente sobre a pilhagem de riquezas, a exploração excessiva dos recursos, o domínio dos poderosos sobre os fracos, e não certamente na comunhão.

Nas últimas décadas algo começa a mudar, graças ao trabalho teórico de economistas, como A. Sen e filósofos como M. Nussbaum. Hoje sabemos que o desenvolvimento é medido não tanto pelos bens e os rendimentos, mas pelo critério dos direitos, saúde, educação, recursos e, sobretudo, liberdade. Ao mesmo tempo, aprendemos também que a renda é importante porque, especialmente quando deriva do trabalho (e não tanto, ou apenas do financiamento externo e dos subsídios), é um meio e um instrumento de liberdade. Mas, sem outras condições básicas - principalmente de tipo político e social - falar em termos de rendimento e limiar de pobreza pode expressar pouco, muito pouco e mal, o que significa desenvolvimento.

Acreditamos que a prática e o pensamento que se desenvolvem em torno da EdC, mesmo as recentes conferências e as escolas que temos feito, em Nairobi, podem oferecer novos caminhos para a compreensão do desenvolvimento, da pobreza, da riqueza, da reciprocidade.

1. As principais características da pobreza na África Subsaariana

Entretanto, agora me deterei a falar-lhes sobre a experiência da África, que é aquela que conheço melhor! E começo dizendo algo sobre o que assistimos muitas vezes na assim chamada sociedade tradicional dos nossos países Africanos.

«Se você é uma mulher, que vive na zona rural e tem um filho pequeno. Ele fica doente e começa a tossir muito. E você se prepara para levá-lo no dia seguinte ao dispensário (de medicamentos) ou ao ambulatório mais próximo, que fica a uma distância de aproximadamente 15 km. Amanhece e você coloca o bebê nas costas e caminha cerca de três horas até o dispensário. Encontra-se em uma fila de mais ou menos 200 pessoas, no sol sem qualquer abrigo. Depois de muita paciência finalmente chega a sua vez. Sem um pingote de paciência o enfermeiro escuta você descrever a doença de seu filho, e sem se preocupar em fazer o mínimo para examiná-lo (e provavelmente não tem os meios para isso), escreve rápido uma receita em um pedaço de papel dizendo-lhe para apresentar ao pessoal que distribui os medicamentos. É um xarope, mas você não tem condições de saber, porque provavelmente é analfabeta. O encarregado derrama uma colher de xarope e dá de beber à criança. É claro que não é possível dar-lhe o vidro inteiro para que você possa continuar o tratamento em casa, pela simples razão de que não haveria remédio para todos os outros e, portanto, ele diz para você voltar no dia seguinte para a próxima colherada. Você volta para casa sofrendo: coloca o bebê na cama e se preocupa em preparar as refeições e cuidar do resto da família. No dia seguinte deve refazer a mesma rota, sob o mesmo sol, para ficar na mesma fila e receber a mesma pequena colherada. Depois de três dias o estado de saúde da criança piorou, pelo sol somado à fadiga da viagem. Desanimada por causa destas viagens tão cansativas, que a impedem de cuidar de seus afazeres, e sem poder curar a criança, você acaba pensando que não vale a pena continuar a fazê-lo por uma colher de xarope e então dirige-se ao curandeiro local. Nisso, a clínica terá ganho, porque a colher de xarope que não você deixou de utilizar terá servido para outra pessoa. Apenas isso».

Para nós, africanos, falar sobre a pobreza não é absolutamente necessário, porque a encontramos lado a lado todos os dias, convivemos com ela, não precisamos de teorias para compreendê-la. A pobreza – como nós a vivemos na África - é multidimensional.

É uma privação profunda de bens materiais e culturais que impedem o desenvolvimento normal do indivíduo, a ponto de comprometer a integridade de sua pessoa. Ser pobre é não ser capaz de prover seus próprios recursos financeiros ou bens; não poder satisfazer suas necessidades biológicas e as de sua família; viver em um estado

perpétuo de marginalidade e insegurança vital, que tende a se tornar hereditária; sentir fome, não ter educação, não ter recursos para se tratar, viver em habitações rudimentares, trabalhar em condições desumanas...

Portanto, encontram-se em estado de pobreza (em sentido geral), indivíduos ou famílias cuja renda familiar e outros recursos, condições de vida e propriedade, de emprego e trabalho, estão nitidamente abaixo do nível médio da sociedade em que vivem.

«Os pobres acumulam desvantagens: as de idade, do sexo, número de filhos, cor da pele, doença, a estrutura familiar frágil... desvantagens desde o nascimento. Já no início da vida a pobreza estabelece uma barreira intransponível: carência alimentar, saúde frágil ou enfraquecida hereditária ou herdada, espetáculo precoce de miséria e sujeira, vida familiar instável, múltiplas feridas afetivas durante a infância, ausência de modelos úteis para o desenvolvimento intelectual, complexo de inferioridade que a colocará por toda a sua vida em um estado de subordinação, humilhação e de consentimento da injustiça, uma vez que sofre a vergonha de ter nascido. »

Esta é a realidade que enfrentamos todos os dias. Desta situação em que nos detivemos, nascem vários desafios, incluindo:

- A dimensão sócio cultural: a cultura é uma das principais dimensões do desenvolvimento. Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser auto centrado e autossustentável, ou seja, fundado sobre os valores endógenos que lhe deem sentido. Por exemplo, o tradicional sistema de segurança social na África, bem como a ajuda mútua tradicional, anuidades / mútuo ou "les tontines" como se diz na África, e as cadernetas de poupança e ou sistemas de crédito, constituem formas de solidariedade particularmente adequadas ao contexto da pobreza e deveriam ser consideradas em prol do desenvolvimento.

- As condições sócio culturais impostas à mulher. De fato, algumas atitudes tradicionais em relação às mulheres e meninas dificultam sua promoção, educação e plena participação, digna e eficaz ao esforço de desenvolvimento.

- A educação por parte da família e da comunidade prioriza, em geral, a transmissão de valores e normas de comportamento funcional como uma idêntica replicação social, e coloca pouca ênfase no valor da iniciativa pessoal, da inovação e dos aspectos que contribuem para uma gestão racional e eficaz;

- Percepção fatalista da pobreza generalizada.
- As catástrofes naturais, sejam as inundações ou a seca, assim como os conflitos armados, mantém a pobreza, especialmente na África. A maioria dos conflitos tem caráter político ou econômico, mesmo se muitas vezes desenvolve-se ao longo das linhas de demarcação étnica das populações, por razões muito complexas. Os enormes custos militares que isso implica privam conseqüentemente os programas de desenvolvimento de recursos substanciais.
- Um mau governo: ou má administração governamental (em geral). Independentemente das razões, na África não trabalhamos o suficiente ou o quanto deveríamos, para resolver nós mesmos os problemas mais simples de nossa sobrevivência diária, sem dar a ideia de ter erigido a mendicância internacional com o intuito de salvação.
- A produção de riqueza para combater seriamente a disseminação da carestia e da desnutrição, cujas conseqüências negativas são óbvias para as capacidades físicas e intelectuais da população, ainda não são suficientes para combater eficazmente doenças como malária, AIDS e outras doenças endêmicas herdadas há longo tempo e cuja persistência ou agravamento resulta na deterioração contínua das condições de vida das massas populares.
- O fracasso do estado impositivo: certamente é possível conectar o desgoverno àquilo que começa a ser genericamente reconhecido como a principal desvantagem das sociedades africanas pós-independência, a saber: a inadequação estrutural e funcional do Estado e de suas instituições herdadas.
- “A política de barriga” na qual são especializados nossos países...
- Uma das principais deficiências do continente africano é o enorme déficit de criatividade intelectual, o fato de produzirmos extremamente poucas ideias e valores culturais a partir de nós.

Qual a contribuição da Economia de Comunhão para a compreensão desta situação?

2. Qual é o significado do desenvolvimento e da pobreza na EdC?

A Economia de Comunhão tem como principal objetivo criar uma comunidade na qual “não existam indigentes.” Por esta razão, o auxílio aos pobres é uma questão chave para EdC.

Quem são esses irmãos considerados pobres da EdC? Chiara nos responde: são sorridentes, dignos, orgulhosos por serem filhos de Deus e desta Obra. Eles não estão na miséria total, mas precisam de algumas coisas. Por exemplo, precisam ser aliviados dos pesos que os oprimem dia e noite. Eles precisam ter certeza de que haverá comida para eles e seus filhos; que a sua casa, às vezes um casebre pobre, um dia será melhor; que seus filhos poderão estudar; que também eles poderão ser curados inclusive de doenças que requerem tratamentos onerosos; que o pai de família vai arranjar um emprego... Estes são os nossos irmãos que estão em necessidade e que, não raramente, (eles mesmos) ajudam os outros.

São Jesus, sob um certo ponto de vista, um Jesus que pede o nosso amor e que um dia dirá: "Eu estava com fome, estava nu, eu estava sem-teto" ou "minha casa estava desmoronando...e você..." A EdC não é primariamente uma fórmula organizacional para uma empresa mais ética ou socialmente mais responsável, é um projeto para um humanismo mais justo e fraterno, em prol de uma relação de justiça entre Norte e Sul, de comunhão entre as pessoas e os irmãos.

Há algumas palavras que expressam um mal absoluto: a mentira, o crime, o racismo. A pobreza, entretanto, não está nestes termos. Nem todas as pobreza são desumanas: a pobreza é um flagelo, mas também uma bênção, se for escolhida por amor aos outros.

Esta pobreza vem da certeza de que tudo o que sou me foi dado como um presente, e portanto, como tal, tudo que eu tenho deve ser doado. É a raiz da dinâmica da reciprocidade, da comunhão. A liberdade e a alegria que vem de uma profunda comunhão não podem ser entendidas e nem tem durabilidade se não se tornarem experiências, estilos de vida, cultura da partilha e da comunhão.

A EdC, propõe dois elementos: a reciprocidade e a comunhão como fundamentos para sair do flagelo da precariedade. É esta cultura que a EdC exalta: a lógica da comunhão, não a bondade de alguns para com os outros, mas a reciprocidade que a comunhão traz consigo, e que constitui seu típico caráter. Porque realmente é possível escapar das armadilhas da privação se você tem a luz para começar a amar, e se fizer do amor recíproco, do relacionamento, da fraternidade seu objetivo específico.

Os pobres - como aparecem no projeto EdC - não são uma massa indistinta de pessoas carentes que ajudamos para aplacar a nossa consciência. Mesmo se por um período, pertencem à comunhão mundial que nós experimentamos, e não tem outra alternativa senão a de partilhar as suas necessidades em plena dignidade, sabendo que dar e receber é sempre amor, não só para o destinatário, mas também para o doador.

Antes do "dar", na EdC, a primeira atenção está na partilha de vida, na comunhão e na reciprocidade, em uma relação essencialmente gratuita. É o relacionamento de fraternidade que cura situações de miséria. As pessoas alcançadas pelo projeto, não são pobres anônimos com exigências e necessidades de caráter geral, mas pessoas vivas, incluídas em uma comunidade onde já experimentam uma comunhão vital.

3. Qual é a cultura que nos permite experimentar a comunhão, a reciprocidade?

A "cultura da partilha"

"Não se trata somente de privar-se de algo para dar. Com estas palavras queremos mostrar a nossa típica cultura: a cultura do amor.

Falar sobre "cultura do amor", significa falar de amor evangélico, que é um amor profundo e exigente e nos leva a dar. Dar o que temos a mais, e às vezes o necessário, se o coração sugerir. Dar a quem precisa, sabendo que é um investimento que traz frutos com uma elevada taxa de juros, porque o nosso "doar" abre as mãos de Deus, cuja providência nos preenche com uma extensão imensurável, para que ainda possamos dar em abundância, receber e voltar a aliviar as muitas necessidades de uma multidão de pobres."

A causa da economia de comunhão exige não só o amor pelos pobres, mas também para com todos os homens. A espiritualidade da unidade que a inspira supõe um amor que se dirige a todos: "Doemos incessantemente: um sorriso, a nossa compreensão, o perdão, a nossa escuta atenta. Doemos a nossa inteligência, nossa vontade, a nossa disponibilidade, doemos as nossas experiências, as habilidades".

"A cultura da partilha, da doação é a cultura do Evangelho, é no Evangelho que entendemos que é preciso dar. "Dai - está escrito - e vos será dado: uma medida generosa, sacudida, transbordante será colocada em seu colo" (Lc 6:38).

São Basílio diz: "o pão que você deixa de lado pertence ao faminto. O casaco que você conserva em seu armário pertence ao homem nu, o

dinheiro que você esconde pertence ao indigente. Você comete tantas injustiças quantas forem as pessoas a quem poderia dar o que você tem.
”

E São Tomás de Aquino: “Quando os ricos usam a seu prazer o supérfluo necessário para a sobrevivência dos pobres, eles os roubam.”

E Chiara nos lembra: “Um pouco de caridade, alguma obra de misericórdia, o supérfluo não é suficiente para realizar o nosso objetivo: são necessárias empresas inteiras, e empresários que compartilhem livremente os seus lucros.”

Refletindo sobre a relação entre bens e felicidade, Luigino Bruni ressaltou que “os bens se tornam “bens maiores” quando são colocados em comunhão; enquanto o bem não compartilhado torna-se um mal. O bem retido, como possessão ciumenta, na verdade empobrece o seu proprietário, porque tira dele a capacidade de dádiva e reciprocidade, que é o verdadeiro patrimônio que leva à felicidade.”

Então eu me coloco a seguinte pergunta: nesta sala, nós somos pobres? Quem são os pobres aqui entre nós? E quem são os ricos? Ou ainda: nós temos algo para dar? Estamos prontos para sair de nós mesmos e, dirigindo-nos ao nosso vizinho, oferecer-lhe a riqueza que somos? A riqueza que nós temos? Mesmo que esta riqueza fosse somente um sorriso a ser doado, a partilha da própria vida, a reciprocidade, a comunhão? O que é então realmente ser pobres? E ser ricos? E o que significa a fraternidade e a unidade entre os povos, entre as pessoas? Entre nós aqui? Eu acho que se nós levarmos a sério o carisma da unidade muitas coisas começam a mudar: percebemos que a riqueza e a pobreza são principalmente uma questão de relacionamentos, e que, em qualquer caso, a riqueza torna-se vida boa e feliz quando compartilhada com outras pessoas.

Para chegar a tal revolução, precisamos de homens e mulheres com uma profunda vida interior e animados por uma grande fé, por valores fundamentais. E esta é também a missão da EdC. Com estes valores, o evangelho pode penetrar realmente em todas as dimensões da economia e do trabalho, da política, do direito, da saúde, da educação, da arte... e transformar tudo mediante uma economia renovada que coloca o homem ao centro e destina uma parte significativa dos lucros para os menos favorecidos; e uma política renovada na qual cada ator político coloca o amor pelo outro à base de sua vida.

Concluindo, coloquemo-nos a última pergunta: como a EdC considera a pobreza e o desenvolvimento? Que mensagem importante nos oferece? Não é possível sair do flagelo da privação somente com dinheiro, por mais abundante que este seja, nem somente com a redistribuição das riquezas ou a construção de bens públicos (escolas, estradas, poços, etc...), nem reforçando as relações comerciais entre o Norte e Sul do mundo.

Claro que tudo isto é necessário, mas não suficiente. O mundo verá florescer a fraternidade e a comunhão quando formos capazes de construir verdadeiras e profundas relações humanas entre pessoas que são diferentes, mas iguais, todos diferentes e todos iguais; quando forem superadas as próprias categorias de 'povos pobres' e 'povos ricos' e descobriremos, através de experiências práticas, como estas da EdC, que ninguém no mundo é pobre ao ponto de não poder ser um dom, um presente para mim. Quando pudermos ver e descobrir que a pobreza dos outros contém também riquezas, valores, que nos fazem experimentar que o outro é indispensável para nossa felicidade.

Uma pessoa em dificuldades pode reencontrar em si mesma a vontade de sair da chaga da precariedade e da insegurança e recolocar-se em caminho, somente quando se sentir amada e valorizada, tratada com dignidade, porque reconhecida em seu próprio imenso valor de pessoa. É só depois desse primeiro ato de liberdade humana que cada pessoa deve cumprir, que poderão chegar ajudas, fundos, contratos, transações comerciais; todos elementos secundários, ferramentas que contribuem para o desenvolvimento global da pessoa.

10:30 Painel 2: Pobreza e Desenvolvimento

Desenvolvimento e Pobreza – Em procura de um Novo Paradigma

Dr. Lorna Gold, Trócaire, Irlanda

Recentemente, eu estive em uma conferência em Dublin sobre o impacto das mudanças climáticas. Uma mulher das ilhas do Pacífico deu um importante depoimento sobre como as mudanças climáticas estão afetando a sua comunidade.

Um das principais ilhas já foi separada em duas pela elevação do nível do mar e assim as comunidades foram forçadas a mudar para outra ilha maior. Ninguém quer se mudar e ninguém consegue entender o que está acontecendo com as ilhas deles, as quais estão previstas de desaparecerem em 10 anos.

Este exemplo realmente me deixou claro a crise global que nós estamos enfrentando em termos de desenvolvimento e pobreza. É uma crise que poderia ser definida como oriunda da sustentabilidade ambiental – mas no fundo, é uma crise humana: que tem muitas faces, mas que muito rapidamente está nos forçando repensar radicalmente o conceito de dar suporte à nossa compreensão de pobreza, desenvolvimento e economia. É uma crise que significa que, se pelo menos existisse uma radical mudança de direção de pensamento e governo, distante das propostas feitas no encontro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015, a próxima década poderia ver profundas alterações em termos de vantagens ao desenvolvimento humano.

Tendências Globais

Em um recente trecho da pesquisa “Verificação do horizonte” realizada por Trócaire, nós perguntamos a 100 (cem) importantes especialistas de todo o mundo sobre o que eles pensavam a respeito dos maiores desafios em termos de abordagem do desenvolvimento e pobreza e o que precisa ser feito para enfrentar aqueles desafios. .⁴

1. Mudança Climática

De acordo com a pesquisa que fizemos, mudança climática pode não ser mais considerada uma questão de desenvolvimento, mas o Contexto Chave que vai direcionar o desenvolvimento. Aqueles que vivem na pobreza são desproporcionalmente afetados pela mudança climática e os menos capazes a adaptar-se a isso. Muitos países estão tentando

⁴ See Trócaire, 2011, *Leading Edge 2020: Critical Thinking on the Future of International Development* (Pensamento Crítico sobre o Futuro do Desenvolvimento Internacional). www.trocaire.org/leadingedge2020

enfrentar um alto nível de pobreza, freqüentemente eles têm um baixo nível de capacidade para adaptar-se em razão da falta de serviços de infraestrutura e um governo frágil. Em 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas na África são estimadas de estarem expostas a um aumento da seca, e em outros países, onde os campos são irrigados pelas águas das chuvas podem ser reduzidas até 50%. Existirão mais crises humanitárias, ligadas aumento de migrações, instabilidade e conflitos. Uma questão chave será conseguir um acordo global sobre a adaptação e mitigação, incluindo mecanismos financeiros.

2. Variáveis Geopolíticas

A segunda tendência de modelar a pobreza e o desenvolvimento globais é a mudança no poder de equilíbrio global. Os G8 substituíram os G20 como fórum de fato para a administração econômica global. Talvez nós estamos entrando em um mundo multilateral ou mundo "G2" onde os EUA e a China são essenciais a todos acordos globais. Atualmente, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em um total, detêm um PIB equivalente a 15 % do rendimento mundial, e os seus bancos centrais detêm 40% da reserva mundial de moeda forte. Projeções de enriquecimento para os BRICS indicam que eles, coletivamente, farão o papel original do PIB global dos G7 entre 2040-2050. A pesquisa salienta que o poder de crescimento dos BRICS talvez force uma mudança no modelo de desenvolvimento, mas não necessariamente levaria a um futuro mais sustentável. Os países emergentes são vistos a estimular um modelo de desenvolvimento sem sentido, onde você constrói o hardware primeiro, e administra as dimensões sociais mais tarde.

3. Variáveis demográficas

A Terceira tendência destacada na pesquisa é as dramáticas mudanças tomando lugar na população global. O crescimento populacional, migração e urbanização são definidos em tornarem-se grandemente

mais significantes. No sul do Saara, África, população está prevista a dobrar até 2050, a população global está prevista a aumentar, aproximadamente, um terço até 2050, ou seja 9.2 milhões e, de modo significativo, este crescimento não será uniforme entre as regiões. Está previsto que a grande estabilidade, populações adultas do Norte serão um contraste com o crescimento contínuo do Sul global: dos 2.3 bilhões previstos do crescimento populacional entre hoje (2011) e 2050, 2.25 bilhões serão encontrados em países agora parte do Sul Global. Em 2008, pela primeira vez, mais de metade da população mundial vivia em áreas urbanas e em 2050, é provável que 70% da população mundial viverá em áreas urbanas. A migração tem sido associada com benefícios tais como aumento das remessas (da circulação de dinheiro), no entanto, também está ligada à chamada "fuga de cérebros".

4. Pressão sobre os recursos naturais

Outra tendência crítica ligado ao ponto anterior é a pressão adicional sobre a água, comida, ar e energia nos próximos dez anos. A presença de recursos naturais nos países com estruturas de governo fracas continuarão a agravar o risco de conflitos. Este problema está sendo agravado por novas indústrias, tais como bio-combustíveis que estão crescendo, piorando a crise ambiental. A pressão aumenta sobre os recursos naturais, o que levará ao acesso e controle desses recursos se tornando central para a geopolítica. Países africanos serão afetados desproporcionalmente. Os próximos dez anos veremos um aumento significativo na grilagem de terras. A demanda por terra tem sido crescente, principalmente desde a crise alimentar de 2008. Grilagem de terras são previstos para tornar-se muito mais comuns, assim como a prática dos países industrializados, cada vez mais alugando grandes extensões de terra de países em desenvolvimento. Há muitas questões éticas ligadas a esta que se tornará cada vez mais problemática.

5. A crescente desigualdade

Finalmente, a persistência da desigualdade global, regional e nacional, será um tema de principal importância na próxima década. Maior ênfase está sendo colocada sobre a desigualdade dentro dos países. Pode levar 3 vezes mais a quantidade de crescimento econômico para reduzir a pobreza em países com altos níveis de desigualdade do que em países

com baixos níveis de desigualdade. A relação entre crescimento econômico e desigualdade, no entanto, é altamente complexa. Muitos países que são países de renda média, hoje, têm menos acesso ao financiamento do desenvolvimento, mas eles, ainda têm grandes números de pessoas que vivem na pobreza.

A desigualdade global pode ter de se concentrar mais no consumo excessivo do norte do que a pobreza do sul. Um melhor governo econômico a nível global, particularmente na área do comércio, será essencial para que as desigualdades globais subjacentes devam ser abordadas. O sistema comercial precisa de uma reforma, mas desde a estagnação da rodada de Doha (rodada Doha das negociações da OMC) nenhum progresso foi feito. Os problemas associados com a desigualdade aumentam, particularmente nos países de renda média. Evidentemente, como os países desiguais se tornam de "renda média", a ajuda deles reduzirá e agências de desenvolvimento serão cada vez mais confrontadas com um dilema: qual deve ser a relação entre esses países?

Resposta inadequada

O que emerge a partir desta pesquisa, é a forte sensação de que todas as tendências estão profundamente interligadas e reforçam-se mutuamente. Eles apontam para sérias deficiências nos modelos de base conceitual e prático de desenvolvimento que estão a ser aplicadas globalmente. Embora a pobreza pudesse ser abordada a nível local, sem alterações ao modelo global da globalização, as hipóteses que a sustentam, esses esforços, não importa quão inspiradoras são, estão sob séria ameaça. É uma séria probabilidade de que não só a Meta do Milênio para o Desenvolvimento não será cumprida em 2015, mas em 2020, como resultado das tendências convergentes, poderia ser no sentido inverso.

A pesquisa aponta para a possibilidade de sérias divisões em termos de orientação global na próxima década. A ascensão de países de renda média e novos poderes estão acelerando o sentido de uma divisão na política global. Dentro de alguns países, existe um movimento crescente para uma maior sustentabilidade social e ambiental - e uma

sensação de que isto é essencial para o futuro. Em outros países, há um sentido que abraçar essas metas é secundário em relação aos os principais objetivos do consumidor impulsionado ao crescimento econômico.

Não existem soluções fáceis para os problemas globais descritos acima e cair em um tipo de abordagem mais simplista "anti-desenvolvimento". Um dos grandes desafios a enfrentar esta é a forma de distinguir entre os impactos negativos das economias baseadas no consumismo, e ao mesmo tempo reconhecer, indiscutivelmente, impactos positivos que tal desenvolvimento pode trazer. Por exemplo, nos países mais desenvolvidos, o avanço tecnológico trouxe benefícios claros em termos de necessidades humanas básicas: o acesso aos avanços médicos, moradia adequada, uma melhor nutrição. Isto é evidente em Índice de Desenvolvimento Humano para esses países. Embora reconhecendo as conseqüências ambientais e sociais negativos da riqueza, é importante não romantizar o fracasso econômico e político que força quase dois bilhões de pessoas viverem em pobreza extrema.

Em busca de um novo paradigma

Há um crescente reconhecimento em alguns lugares que novos conceitos são fundamentais se existirá uma mudança a um futuro mais socialmente justo (equitativo) e ambientalmente sustentável. O fato de mais de 1000 economistas, recentemente, ter assinado um requerimento aos G20 solicitando a instituição de um imposto Tobin, já é um sinal de que as coisas podem estar mudando. Outros conceitos importantes estão emergindo que oferecem alguma forma de avançar na busca de um novo paradigma. Estes incluem idéias como bens públicos globais, a economia de estado estacionário e a economia do suficiente.

Assim como a EdC pode nos ajudar a encontrar soluções para estes problemas coligados? Para responder isso, precisamos afastar da economia tradicional e abrir nossas mentes para todo um novo vocabulário. É um vocabulário que pode parecer estranho - mas foi o grande cientista Albert Einstein que disse que para resolver qualquer um

dos grandes problemas do mundo temos de passar para um nível maior de raciocínio.

Gostaria de refletir brevemente sobre três palavras, que para mim, captam a essência da EdC nestes primeiros 20 anos e pode fornecer uma luz para este momento difícil da globalização. Estas palavras são fé, esperança e amor.

Como a fé se relaciona à EdC? Nos últimos 20 anos temos refletido muito sobre a relação entre a EdC e suas "raízes da fé". Em alguns pontos desviamos a sua origem para tentar explicar a EdC em termos leigos. Tem-se revelado muito difícil de fazer! Isso ocorre porque ao nível fundamental é que a EdC não oferece, realmente, uma visão da economia ou da globalização, mas uma nova visão da pessoa humana em sua realidade multidimensional, incluindo relações econômicas. Não é nenhuma surpresa que o primeiro livro sobre a EOC, voltando em meados da década de 1990, foi chamado de "Rumo a uma economia multidimensional". É esta visão trinitária da pessoa humana, moldada por uma fé profunda no Evangelho, que dá a EdC seu caráter diferenciador. É o DNA do projeto. Como o projeto amadureceu, esta dimensão da fé veio mais à tona. Ela fornece a base sólida que em muitas prescrições políticas não existe.

De modo importante no mundo de hoje, no entanto, é que a fé e a EdC não representam algo fundamentalista ou excludente. Ser fiel aos fundamentos da fé da EdC é o trampolim para um diálogo profundo com base em uma busca de valores compartilhados. É o trampolim que permite às pessoas na linha da frente construir pontes com outras pessoas de boa vontade, e ao mesmo tempo valorizando o que é específico para o projeto. Esta dimensão da fé é profundamente significativa no mundo globalizado de hoje, fragmentado pela divisão religiosa.

O segundo aspecto que gostaria de mencionar é a esperança. A existência e a resiliência da EdC nos dá esperança de que outro caminho é possível. Uma das reações comuns aos desafios que descrevi é um sentimento de profundo desespero e, como resultado, uma tendência para voltar a cair "negócios como sempre". A EdC, como uma experiência comunitária nos fornece um exemplo de esperança. É uma

esperança que está profundamente enraizada - e dá o poder de superar muitos obstáculos. É uma esperança que não é dependente de iniciativas empresariais individuais de sucesso ou de fracasso. Ele vem a ser parte de um projeto maior. Esta esperança enraizada encontra expressão em inúmeras experiências de todos os envolvidos na EdC em suas vidas diárias: seja na transformação da vida daqueles que vivem em situação de pobreza através do recebimento de ajuda dos lucros ou na reação dos clientes a um nova linha de produtos. Isto lhes permite superar grandes dificuldades.

A EdC é, aliás, uma idéia profundamente do século 21. Eu diria que ela se tornou de idade agora (madura). Diz-se que esta é a era do poder do povo, em oposição às organizações. Não se trata de uma organização como tal - é uma rede de comunidades de pessoas que, juntas, constroem e compartilham algo de grande significado. Não devemos subestimar o poder transformador da esperança. É só a esperança que pode começar a construir a vontade política para fazer as grandes mudanças políticas necessárias para travar os insustentáveis padrões econômicos.

E assim a palavra final: o amor. Desde o início da EdC, ela também tem sido descrita como a "economia do amor". É uma palavra que ao lado da terminologia da economia ficou um pouco desconfortável, mas é aquela realmente é o cerne do projeto e sem ele o projeto não faria sentido. Primeiramente, sem amor, a EdC nunca teria entrado em vigor! Assim, como o amor oferece uma resposta para os grandes problemas que eu descrevi acima? Nos últimos 20 anos, a EdC tem mostrado que ser uma economia do amor provoca uma explosão de novas formas de pensar e agir na esfera econômica. Isto abriu espaço para os conceitos que têm sido há muito esquecida no mundo da economia (ou melhor, eles sempre estiveram lá, mas nunca colocado em relevo). Conceitos como a felicidade, a gratuidade, a solidariedade e a partilha são realmente o cerne de uma nova maneira de ser que enriquece a economia e tem o poder de transformar também as políticas que regem a economia.

Em particular, a prática de compartilhamento (que conhecemos como comunhão em seu nível mais profundo) tem a capacidade de transformar radicalmente a economia. Todo o nosso sistema

econômico é baseado na idéia da propriedade privada individual e escassez de recursos finitos. O fato de que algo é definido como o meu, exclui você. Mas nós sabemos da experiência da EdC - enraizada na vida das comunidades - que a natureza de recursos finitos (com um fim) é muitas vezes algo que existe em nossas cabeças. Chiara Lubich, uma vez disse: "Por que não o seu e o meu tornar-se o nosso?" Este pensamento muito simples que é vivida todos os dias na EdC tem o poder de eximir milhões da pobreza. Uma vez que você começar a pensar de recursos como algo que pode ser livremente compartilhado, tida em comum, eles tendem a se multiplicar. Não só, mas o poder da divisão tem potencial para também superar muitos dos problemas ambientais, onde é ligado ao pressuposto fundamental do aumento do consumo privado.

Conclusão

Nesta intervenção procurei dar uma visão geral dos problemas que atualmente são associados à globalização. Em geral, o quadro pintado pela pesquisa é bastante negativo. Parece que em muitos aspectos, que apesar dos avanços, a crise atual é uma intensificação das questões destacadas na Comissão de Desenvolvimento Sustentável, e na Cúpula do Planeta Terra no Rio em 1992.

Diante desta crise, a EdC pode dar-nos uma grande esperança para o futuro. Nos últimos 20 anos as bases do projeto amadureceram e agora podemos ver com clareza que outros modelos econômicos passarão. Como a queda do Muro de Berlim, em 1989, a crise atual vai dar lugar a outros paradigmas e, como diz S. Paulo: "Só estas três coisas permanecem: fé, esperança e amor. E o maior destes é o amor."

Pobreza e Desenvolvimento Francesco Tortorella

Nestes últimos quatro anos tive oportunidade de acompanhar de perto as atividades e os projetos realizados com os lucros colocados em comum pelas empresas EdC em favor de pessoas necessitadas. Nesta exposição sobre "pobreza e desenvolvimento" gostaria de vos convidar a dar uma olhada "do lado de dentro" sobre o que foi esta experiência

de EdC neste campo nos últimos anos, e a respeito dos desafios, a meu ver, que teremos pela frente nos próximos anos.

Chiara Lubich, ao lançar a idéia da Economia de Comunhão, disse que o objetivo precípua seria mostrar ao mundo uma comunidade na qual não houvesse necessitado algum, conforme o modelo das primeiras comunidades cristãs. Assim, há um duplo objetivo para a EdC: o de resolver um problema concreto de necessidades e aquele de um pequeno modelo a ser mostrado ao mundo.

Nesse duplo objetivo, há uma visão profética de grande amplitude, e uma motivação para responder a alguns desafios que hoje a história nos coloca. O que acontece pelo mundo nos questiona; a derrota dos modelos de desenvolvimento que dominam o planeta nos coloca um desafio: **estamos em condições de propor um modelo alternativo?**

O problema, hoje, não é mais simplesmente de prover a certas necessidades, não é mais saciar a fome ou sarar, a história hoje nos pede mais do que isso: realizar e mostrar um novo modelo de desenvolvimento.

Mas qual modelo de desenvolvimento podemos nós realizar e mostrar?

A Igreja no-lo sugere, e temos a potencialidade para realizá-lo. Já S. Paulo ensinava que a pessoa possui três dimensões - o corpo, a alma e o espírito - e que pode se sentir plenamente feliz quando percebe satisfeitas as três necessidades: aquela corporal (também conhecida como "*basic needs*"), aquela relacional, e aquela espiritual. Nesse sentido, o que a Igreja denomina "desenvolvimento integral" é um processo de três dimensões, que compreende o relacionamento consigo mesmo, o relacionamento com outras pessoas, o relacionamento com Deus. Todas essas três dimensões devem ser cultivadas e desenvolvidas contemporaneamente para se ter uma vida plena e feliz.

Na encíclica *Caritas in Veritate*, Bento XVI afirma que: <O tema do desenvolvimento coincide com aquele da inclusão relacional de todas as pessoas e de todos os povos na única família humana [...]. Tal perspectiva encontra uma decidida inspiração na relação entre as Pessoas da Trindade em uma única Substância divina>(1). A Igreja indica assim, como modelo de desenvolvimento integral, a atuação dos relacionamentos trinitários entre as pessoas, e em seguida propõe o relacionamento amoroso entre os cônjuges como exemplo de atuação concreta daquele modelo, a ser imitado depois em escala ampliada.

Imaginem, portanto, que imenso objetivo tem as nossas atividades desenvolvimentistas: viver e mostrar relacionamentos trinitários entre quem gerencia os projetos e as pessoas em estado de necessidade, entre quem produz riqueza a mais e quem não consegue satisfazer as próprias necessidades, etc..

Poderíamos falar de um “desenvolvimento de comunhão”, como modelo a ser realizado e mostrado.

Mas, para realizar tal modelo de desenvolvimento que seja realmente alternativo, temos pela frente uns desafios. Para mim, três são os principais:

1. conseguir que não existam mais necessidade alguma, isto é: resolver os problemas de forma eficaz;
2. agir em comunhão, isto é: “trabalhar com” e não “trabalhar para”;
3. abrimo-nos à humanidade, isto é: realizar um modelo que seja inclusivo.

(1) BENTO XVI *Caritas in Veritate*, 54

1. O primeiro desafio.

Para se poder realizar um modelo de desenvolvimento crível, deveremos poder demonstrar que este modelo resolve os problemas a que se propõe. Pois bem, nestes anos, fomos capazes de criar uma comunidade na qual não há mais necessidade alguma? A resposta correta é que não o sabemos; a impressão, é que ainda não a realizamos.

Não o sabemos, porque nestes anos não compilamos os dados relacionados à atividade de “ajuda”. Conhecemos o número das pessoas abrangidas, com necessidades, a cada ano: no início 5.000, depois 12.000, agora 3.500... no entanto tais números não nos dizem nada quanto aos resultados obtidos. Não sabemos se as 3.500 pessoas consideradas o ano passado estão compreendidas nas 12.000 de alguns anos atrás ou nas 5.000 consideradas desde o início. Só sabemos que aproximadamente 20% daquelas, necessita de assistência permanente; talvez, para o restante 80% (que necessita assistência temporal), poderia tratar-se de pessoas recentemente incluídas, e, portanto, que

tenham sido resolvidas as necessidades das demais pessoas incluídas no passado; poderia ser também que sejam as mesmas pessoas desde 1991, que tenham sido assistidas por vários anos sem que se tenha resolvido nada. Entre outras coisas, sabemos que o número de pessoas que passam por necessidades tem diminuído nos últimos anos por um motivo preciso: porque aumentou a comunhão de bens localmente; e assim para muitas pessoas não é mais solicitada “ajuda” ao Centro, uma vez que foi satisfeita com recursos locais. Mas isso também nada nos diz se os problemas tenham ou não sido resolvidos.

Neste campo o desafio é grande. Conseguir enfrentar e resolver problemáticas de “pobreza” ou de “miséria” é difícilíssimo: não é por acaso que no mundo exista ainda tanta desigualdade. Para que se possam ter resultados, mesmo que pequenos, precisa-se de preparação e experiência, necessita-se profissionalismo tal como para qualquer trabalho.

Agora, para além dos dados a respeito das pessoas “ajudadas”, a forma como temos administrado os “lucros” nos anos passados foi dirigida principalmente para a partilha, colocando em comum o que se tem, como irmãos, mas não tanto dirigida à solução dos problemas das pessoas envolvidas. Focalizamos assim, a preservação do espírito de família, por vezes sem nos perguntar se as ações empreendidas eram eficazes à solução dos problemas. Talvez tenhamos sido, por vezes, temerosos em administrar as atividades e os projetos com profissionalismo, temendo que assim poderíamos estar colocando em risco a genuinidade da partilha, do espírito de família.

O desafio hoje é: como poderemos resolver as situações de pobreza de maneira eficaz, preservando ao mesmo tempo o espírito de família?

2. O segundo desafio.

O modelo de desenvolvimento no qual estamos mergulhados, focalizado na riqueza e no consumo, habituou-nos a enxergar que existem pessoas que possuem mais e outras que possuem menos, e – na melhor das hipóteses – que quem possui mais deva ajudar quem menos tem fazendo algo por ele. Vejam, é um risco enganoso que todos nós corremos inconscientemente: o empreendedor pode achar que tem mais por produzir riqueza, e sentir o dever de doá-la a quem tem menos; as pessoas que se envolvem com atividades assistenciais e com os projetos podem estar convencidas de terem mais, por terem melhor

instrução ou um papel social mais elevado, e assim sentir o dever de pensar e realizar projetos “para” quem tem menos.

Tal generosidade é mais que preciosa e deve ser preservada com cuidado. No entanto uma relação de comunhão não existe, quando há quem tem menos e quem tem mais – existe a diversidade: cada qual é e possui o que lhe é próprio, as suas capacidades, a sua riqueza. Então, nosso desafio é de trabalhar “com” quem está necessitado, trabalhar junto com ele, analisar juntos suas necessidades, pensar juntos os modos de enfrentá-los e resolvê-los, realizar juntos os projetos de desenvolvimento. Não mais trabalhar “para” os outros, mas “com” os outros, para um objetivo comum; não mais “ajudar” mas “cooperar”.

Dessa forma podemos todos ser realizadores e beneficiários dos projetos, uma vez que cada um, de acordo com suas capacidades, pode contribuir na realização dos projetos e cada qual pode obter um benefício: não somente um benefício em poder satisfazer as necessidades primárias “corporais”, mas também um benefício de desenvolvimento na dimensão relacional – construindo relações de comunhão com os outros –, e espiritual, cultivando a relação com Deus presente no meio de nós naquilo que fazemos juntos.

Então, o desafio hoje é: como podemos concretamente realizar esta mudança de perspectiva?

3. O terceiro desafio.

Dissemos que queremos propor um modelo. O que é um modelo? É um protótipo, uma realização que funcione e acabada, que poderá ser replicada em situações diferentes, por pessoas diferentes. É um exemplo no qual qualquer um poderá se inspirar para realizar uma obra qualquer. Se tal exemplo não é comumente imitável, se somente quem o realizou poderá replicá-lo, então será mesmo só um exemplo, mas não poderá ser considerado um modelo.

Nosso modo de enfrentar a pobreza e o desenvolvimento pode ser considerado um modelo? Pode ser replicado por outrem?

Nestes anos a partilha dos lucros com as pessoas necessitadas deu-se quase que exclusivamente dentro do Movimento dos Focolares, com pequeníssimas exceções. Tanto as pessoas necessitadas que participaram ao projeto, como as pessoas que gerenciaram as atividades foram selecionadas entre os membros internos do Movimento. Isto provocou que a assistência, ou o projeto, chegasse à

base de um relacionamento já construído: uma experiência feita muitas vezes em várias partes do mundo, que nos ensinou que há um sentido em partilhar bens ou dinheiro desde que se partilhe antes a vida, porque a necessidade primeira de cada pessoa é de se e sentir amado, acolhido, ouvido, compreendido. Esta lição é tesouro a ser guardado com atenção.

Todavia o nosso é exemplo dificilmente replicável por outros, ou a ser proposto externamente. Não é imaginável que quem deseja replicar tal modelo de desenvolvimento, tenha que se tornar membro do Movimento dos Focolares. Não é imaginável e nem seria sadio: a beleza da humanidade está de fato na diversidade de carismas, de culturas, de capacidades. Nem seria pensável que quem deseja replicar este modelo tenha necessariamente que ter um seu movimento espiritual, em cujo âmbito o aplicaria.

O desafio hoje é então de separar a vida de comunhão entre as pessoas empenhadas nos projetos, da sua pertença ao Movimento dos Focolares. Pode-se viver um modelo de incremento de comunhão sem necessariamente pertencer ao Movimento dos Focolares? Claro, é a própria Igreja que no-lo sugere: é nossa competência demonstrar concretamente como é possível fazê-lo. Lembrem as palavras de Bento XVI citadas no início: *<o tema do desenvolvimento coincide com aquele da inclusão relacional de todas as pessoas e de todos os povos na única comunidade da família humana>*. Reparem, as expressões são: "inclusão" e "única comunidade da família humana".

O modelo, isto é, deverá ser um modelo que venha ser fundado na inclusão e não na exclusão: se ao selecionar as pessoas que participam aos nossos projetos não formos usar critérios "exclusivos" (quem pertence sim, quem não pertence não), mas um critério de inclusão (para além do pertencer ou não, qualquer um que deseje trabalhar em comunhão, com o comum objetivo de resolver problemas concretos); será então um modelo, se soubermos realizar os nossos projetos com quem é excluído da sociedade e com quem não pertence ao Movimento dos Focolares, acolhendo-o, porque enquanto pessoa é capaz de amar e viver em comunhão.

O modelo será um modelo, se a comunidade para a qual pensamos em realizar os nossos projetos será "a única comunidade da família humana", não somente a comunidade do Movimento. Temos algumas

pequenas experiências nesse sentido, também aqui no Brasil, que demonstram uma enorme potencialidade.

Isso quer dizer que para incluir os outros deveremos discriminar aqueles que pertencem ao Movimento, excluindo-os? Seria naturalmente um contra senso. Mas deveremos poder distinguir entre o que é comunhão de bens interna daquilo que é um modelo a ser proposto ao mundo. Para as necessidades internas temos vários canais internos do Movimento que já operam bem (ramos, grupos, comunidades locais, etc.); para propor um modelo ao mundo, temos as empresas de EdC, e os projetos de desenvolvimento realizados em colaboração com a AMU, abertos à humanidade.

Então, o desafio hoje é: como podemos realizar um modelo atraente, apresentável e realizável pela humanidade?

São perguntas às quais se devam dar respostas para podermos imaginar um futuro para a Economia de Comunhão. São desafios difíceis e fascinantes, que nos permitem vislumbrar grandes horizontes. A nós cabe ter coragem, arriscando cometer erros, mas sabendo que podemos contar com Deus, que não tem medo de ousar conosco.

Pobreza e desenvolvimento na perspectiva de uma Instituição Microfinanceira que opera no respeito dos princípios da EdC – Teresa Ganzon

Uma das iniciativas mais difundidas no campo da pobreza e do desenvolvimento atualmente é a do microcrédito. Esse ganhou popularidade sobretudo depois que Mohammed Yunus, primeiro a defendê-lo, juntamente ao Banco fundado por ele, o Grameen Bank, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006 “pelos esforços empreendidos com o objetivo de criar desenvolvimento econômico e social a partir da base”.

Mesmo se o aspecto mais conhecido do microcrédito é o crédito especialmente para fins comerciais, ele não se limita a isso, mas possui um campo de ação muito mais amplo, de acesso aos serviços financeiros por parte de grupos sociais de baixa renda. O microcrédito compreende a poupança, os planos de saúde, os empréstimos para as despesas relativas à casa e à instrução dos filhos, só para mencionar alguns. A oferta desses serviços financeiros aos pobres ou às massas, porém, pode revelar-se muito oneroso em termos de mão de obra, seja no relacionamento com os clientes, seja no tratamento de milhares de pequenas transações quotidianas. Os sistemas de monitoramento devem ser muito eficientes para conseguir controlar cada transação, cada cliente, semanalmente – para garantir que o dinheiro emprestado seja utilizado com finalidades produtivas e para lembrar constantemente o cliente que convém reservar uma soma pré-estabelecida por semana ou por mês – de modo que eles estejam realmente em condições, em um determinado momento, de restituir o valor que lhes foi emprestado. É justamente por causa dessas operações tão onerosas que o crédito, confiado e recolhido em pequenas mas numerosas parcelas, necessariamente implica taxas de juros altos, para que possa ser realmente sustentável.

A genialidade de Yunus, todavia, consiste no fato de que ele não só mostrou ao mundo que o empréstimo aos pobres era vital. O exemplo de crescimento do Grameen Bank em conjunto, como é atualmente em Bangladesh (sendo um dos principais parceiros na maior empresa de telecomunicações do país e de outras companhias associadas) tem demonstrado que os empréstimos aos pobres poderiam ser um business muito rentável. Assim, os primeiros que apoiaram o microcrédito foram as ONGs comprometidas no trabalho de

desenvolvimento - e portanto com o claro objetivo de ajudar os próprios clientes beneficiados. Mas ao longo do tempo diversos tipos de instituições financeiras começaram a entrar no jogo, mesmo não tendo claros objetivos sociais, mas simplesmente porque ficavam atraídas pela margem de lucro gratificante que o produto poderia gerar por sua vez. Trata-se de pequenas empresas de crédito e até de Bancos comerciais privados que começaram a comprar bancos rurais comprometidos com o microcrédito.

Hoje emerge de maneira forte a preocupação com a comercialização do microcrédito e pelos efeitos negativos justamente sobre aquelas pessoas pelas quais ele tinha nascido. O "culto da ascensão" ou da rápida expansão procurada a todo custo por parte de alguns terminou por sacrificar a própria qualidade do serviço; passou-se a economizar em cima da formação dos contadores e a utilizar métodos grosseiros e ineficazes de recolhimento, ao invés de instruir os clientes no princípio fundamental da sustentabilidade a longo prazo. O ingresso das grandes Instituições Microfinanceiras no mercado das ações, obrigatoriamente, introduziu o elemento de retorno do investimento expresso em termos financeiros dentro do mercado.

A concorrência levou o cliente também ao endividamento excessivo e ao desvirtuamento, por assim dizer, do próprio crédito; conseqüentemente os benefícios do microcrédito atualmente são colocados em discussão (injustamente, em muitos casos) por parte de alguns, por motivos políticos ou outros, e alguns Governos estão chegando aos extremos nas tentativas de regulamentar as Instituições Microfinanceiras.

Isso não significa que o microcrédito não seja vantajoso. Não podemos ignorar as histórias individuais de milhões de mulheres e

famílias para as quais o acesso aos serviços financeiros tornou-se uma âncora de salvação para garantir a estabilidade financeira, o crescimento, a transformação; o microcrédito revelou-se para muitas dessas mulheres um instrumento para adquirir um maior sentido de responsabilidade não só para si mas também e sobretudo para as suas famílias e comunidades.

A EdC é capaz de contribuir no setor do microcrédito e dos seus profissionais que queiram realmente realizar as suas aspirações de desenvolvimento através da oferta de serviços financeiros dirigidos justamente para os marginalizados da sociedade?

Como poderiam os princípios da EdC servir de orientação ao microcrédito que quisesse conservar a sua identidade original como iniciativa de desenvolvimento? Permitam-me relembrar algumas das características de "desenvolvimento em comunhão", já mencionadas por Francisco:

- 1) A busca contínua de um desenvolvimento integral da pessoa – o que significa ir além da simples oferta de serviços financeiros direcionando as margens de lucro para princípios tais como a organização social e a edificação da fraternidade entre o pessoal das Instituições microfinanceiras, os clientes e a comunidade.

Apesar da pressão exercida pela concorrência, o Banco Kabayan, na qualidade de Instituições microfinanceiras optou por privilegiar a organização do grupo na realização dos empréstimos, mesmo porque oferece uma oportunidade aos beneficiários, individualmente. Construir um grupo coeso que favoreça a solidariedade entre seus membros a ponto de que cada um esteja disposto a ajudar quem não é capaz de saldar seus compromissos quando se apresenta uma emergência – não só é árduo, mas

oneroso. A formação inicial e contínua de um contador que é também organizador social não é só onerosa mas realmente estimulante.

O resultado é o de poder instaurar relacionamentos mais profundos com os clientes e o de aproximar-se sempre mais do espírito de família com os centros. Jovens contadores mostraram um desempenho que surpreendeu até eles mesmos. Longas viagens debaixo de chuva ou no sol, semana após semana, com o único objetivo de satisfazer os clientes, facilitar o debate, partilhar novas tecnologias, encorajando os clientes e ao mesmo tempo lembrando-lhes o compromisso assumido de restituição do empréstimo recebido, no devido prazo e educando à administração responsável dos recursos.

Durante as assembléias gerais que organizamos como empresa ao longo dos anos, eram quase sempre os agentes do microcrédito que se levantavam para contar a todos como tinham encontrado um sentido para a própria vida justamente enquanto trabalhavam para o Banco.

2) A segunda característica do desenvolvimento orientado pela comunhão é a aquisição de uma nova forma de pensar; para nós não se trata de "trabalhar para" mas de "trabalhar com" aqueles que procuramos ajudar. Ver os nossos clientes como beneficiados é um modo de evitar uma atitude paternalística para com eles. Não perdemos nenhuma ocasião de evidenciar que são os business proporcionados pelos nossos clientes do microcrédito que contribuem para o crescimento da nossa renda enquanto empresa. E, portanto, como qualquer cliente preferencial

devemos ouvi-los, entender as suas exigências e continuamente desenvolver produtos de que necessitam.

Criamos créditos para as despesas de instrução e empréstimos para a aquisição de micro-habitações em resposta às exigências que os nossos clientes haviam expresso durante uma reunião com eles. Procuramos ser mais do que nunca atentos e sensíveis às exigências da vida deles para vir ao encontro o mais possível das suas necessidades fornecendo justamente aqueles serviços que eles procuram.

Trabalhar com eles significa – uma vez que foram ajudados - ensinar-lhes a ajudar outras pessoas. Algumas mães, lideranças na experiência do microcrédito, começaram um curso de formação e de atitude empresarial para ajudar os demais a abrirem os olhos para maiores oportunidades de sustentabilidade e para aprenderem a ampliar as próprias micro empresas. Nós os chamamos “os nossos agentes de desenvolvimento da Comunidade” – parceiros de Banco Kabayan na promoção do crescimento através do empreendedorismo em nível de pequenos centros habitacionais.

Essas lideranças se responsabilizam por garantir a administração dos empréstimos também no âmbito de seus bairros, comunidades ou igrejas locais, tornando essas pessoas clientes do microcrédito; a atividade de liderança levou essas mulheres a conhecerem outras comunidades, diferentes da comunidade de pertença, ajudando a melhorar a própria capacidade de liderança.

3) A EdC como modelo aberto a todos

Certamente, os princípios de comunhão, solidariedade, inclusão financeira também são pilares do microcrédito. A nossa experiência com clientes de baixa renda nos demonstrou que cada pessoa está capacitada a partilhar com outros membros dos vários grupos, o

próprio tempo, os próprios talentos e até mesmo os próprias poucos recursos adquiridos com esforço, quando se apresentam as ocasiões. Aquilo que começa como uma relação contratual com o Banco, amadurece, com o tempo, através de uma relação de confiança. Fica estabelecida assim, a reciprocidade, porque os clientes do microcrédito demonstraram ser essa a base sobre a qual pode se apoiar o Banco no interior da comunidade, garantindo não somente a sua sobrevivência mas também o seu crescimento.

Resumindo, a economia de comunhão pode contribuir notavelmente para uma iniciativa de desenvolvimento definida como microcrédito na medida em que pode ajudá-la a manter a sua missão e identidade, originais, evidenciando o aspecto do "trabalhar com" as pessoas desvantajadas e evitando a atitude paternalística e contribuindo para a solidariedade no sentido mais completo do termo, começando pela própria comunidade de pertença.